

Democracias Neoliberais: O Modelo Chileno no Horizonte das Novas Democracias Sul-Americanas

Renata Peixoto de Oliveira

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

1 Introdução

Esta discussão visa estabelecer uma reflexão sobre o estado atual da democracia chilena em um cenário regional marcado por profundas crises de estabilidade e governabilidade política. Após quase quatro décadas do processo de redemocratização que varreu a América Latina, nossas democracias experimentaram a crise da dívida e uma grande recessão econômica, passaram pelo avanço do regime neoliberal e vivenciaram sua crise, bem como a ascensão de partidos de esquerda e a retomada do papel do estado na economia como um retorno do período nacional-desenvolvimentista. Recentemente, muito se discute sobre uma guinada à direita em uma nova onda política que se alastra por alguns países da região.

Como podemos situar a democracia chilena, neste largo processo? Este é o objetivo central deste artigo, compreender este regime em suas peculiaridades e dentro do processo regional. Basicamente, partiremos da noção de densidade democrática para refletir sobre o regime político chileno inaugurado com o final da ditadura militar, verificando se em termos institucionais e sócio-econômicos o mesmo corresponde aos anseios da população. Também a partir da noção de giro democrático, será possível verificar como esta democracia se insere na região, se adequando ou não a alguns fluxos majoritários, destacando suas especificidades e desafios.

Para atingir os objetivos em mente, este trabalho foi organizado da seguinte maneira, uma primeira seção versando sobre os antecedentes políticos e econômicos que correspondem ao período autoritário chileno, de 1973 a 1990, intitulado “Desconstruindo a democracia, inviabilizando a revolução econômica: notas sobre a Ditadura Pinochet”. Não é possível estender uma discussão sobre a atual democracia chilena sem considerar algumas reflexões necessárias sobre o período militar. Isto é necessário por conta do prevalecimento de muitos mecanismos institucionais do período autoritário e de outros referentes ao processo de transição daquele para um regime democrático. Será necessário recapitular a interrupção do processo democrático chileno, tido como uma das democracias mais estáveis da região e de considerável identificação política entre o eleitorado e partidos, além de um sistema partidário bem definido ideologicamente, a inícios dos anos 1970. O golpe de 1973 significou, não apenas uma mudança política radical, mas uma mudança em termos de matriz de desenvolvimento econômico diante da adoção da via neoliberal. As mudanças realizadas desde o golpe sofrido por Salvador Allende, ainda se fazem presentes ou deixaram reflexos significativos para os rumos políticos e econômicos do país, com consequências também para sua inserção internacional, política externa e agenda integracionista.

Em seguida, trataremos de compreender o processo de redemocratização que teve lugar neste país a inícios da década de 1990. Dessa forma, este artigo seguir-se-á com a seção “Os dilemas da grande transição democrática chilena: dos enclaves autoritários ao giro democrático da reforma constitucional de 2005”. Neste ponto, será destacado o processo de retorno à ordem democrática que

ocorreu após a realização do plebiscito de 1988, que tinha por finalidade determinar a continuidade ou não de Pinochet no poder, e de uma reforma constitucional realizada no ano seguinte. Será possível observar algumas características do processo de transição que representavam a inserção de medidas de amarre para garantir um processo protegido de retorno à ordem democrática.

Por fim, com o intuito de compreender os dilemas do regime democrático chileno na atual conjuntura, buscar-se-á dar espaço à seguinte discussão, “O estado atual da democracia chilena: do pretense êxito a desilusão”. Aqui, pretende-se realizar uma avaliação do regime democrático chileno atual, a partir das heranças e marcas deixadas pela ditadura militar e das características do regime democrático a partir dos governos da coalizão governista *Concertación*. Especificamente, a atenção será voltada para os governos Bachelet (2006-2010), Piñera (2010-2014) e o segundo mandato de Bachelet (2014-2018). Atualmente, existe uma profunda desilusão popular com o sistema político, descrédito das elites políticas e uma dívida social a ser resgatada desde o regime militar.

2 Desconstruindo a democracia, inviabilizando a revolução econômica: notas sobre a Ditadura Pinochet

É notório que o período marcado pela ditadura Pinochet (1973-1990) foi um período de desconstruções em termos políticos, sociais, econômicos e culturais no Chile. Este país do Cone Sul, antes apresentava um sistema político estável, um regime democrático já duradouro se comparado com seus vizinhos, gozava de bons indicadores sócio-econômicos e apresentava como bem definidas as identidades políticas plasmadas em seu espectro político ideológico, com um centro bem estabelecido.

Na década de 1960, já no governo de Eduardo Frei de Montalva, da Democracia Cristã, avanços sociais e um perfil mais reformista foram tomando conta do projeto político de país, algo que se consolidaria e teria maiores avanços com a chegada do primeiro presidente socialista eleito por voto direto na América Latina, Salvador Allende. Os avanços já realizados pelo centro levariam a esquerda à necessidade e compromisso de avançar rumo às mudanças mais profundas, mesmo estando cientes de que Allende tinha um perfil mais reformista que revolucionário e de que não fora realizado em seu governo uma ruptura política ou econômica completa com a democracia liberal ou o sistema capitalista.

Contudo, em um contexto de Guerra Fria no qual a hegemonia dos EUA passava a ser questionada e com a sinalização de uma crise internacional marcada pela recessão da economia estadunidense e pela crise do petróleo, o cenário político latino-americano passou a ser marcado por grande cautela e temor diante de possíveis grandes mudanças. Um governo como o de Allende, que leva uma coalizão de esquerda ao poder por via democrática, não seria bem avaliado por colocar muitos interesses em jogo. Aquele período da história chilena, que se anunciava como portador de boas novas e grandes avanços, logo se viu marcado por uma profunda turbulência política, por tentativas inúmeras de desestabilização, por recessão econômica, greves, carestia de alimentos e o aumento do descontentamento popular. A saída do golpe militar, realizado em 11 de setembro de 1973, deu início a um profundo e acelerado processo de desconstrução e dilaceramento da sociedade chilena em amplos aspectos e em vários sentidos.

O período Pinochet realizou um desmonte do Estado chileno, uma desconstrução da cidadania e um dilaceramento da classe trabalhadora com o intuito de estabelecer um projeto, mantê-lo no poder por tempo considerável e inviabilizar o avanço futuro de qualquer outro projeto, principalmente o retorno de algo semelhante ao que significou a chegada de Allende ao poder em 1971. Os grandes

desafios, obstáculos e dilemas da democracia chilena e da sociedade chilena na contemporaneidade são fruto, resultado direto da experiência vivenciada no período de dezessete anos em que Augusto Pinochet esteve no poder.

O sistema político chileno foi posto à mercê dos direcionamentos das forças militares, desde os primeiros anos do regime. Paulatinamente as forças civis, mesmo as que apoiaram o golpe, foram sendo submetidas e excluídas do jogo político. O sistema partidário foi desmantelado e ao final da década de 1970, todos os partidos estavam na ilegalidade. A constituição de 1980 deu o tom dos desígnios políticos daquela era realizando profundas mudanças quanto ao funcionamento do sistema partidário e também do Sistema Eleitoral de modo a privilegiar as forças conservadoras, à direita e os aliados do regime.

El día 12 de Noviembre de 1973, bajo Decreto Supremo N° 1.064 del Ministerio de Justicia, se crea oficialmente la Comisión Constituyente o CENC2. Esta, en 417 sesiones, se encargó, entre 1973 y 1978 de formar un anteproyecto constitucional. Este anteproyecto fue revisado, y modificado en sesiones de Consejo de Estado. El resultado de esto fue la Constitución Política de Chile, la que fue sujeta a ratificación a través de un referéndum realizado el día 11 de septiembre de 1980. Este plebiscito fue altamente cuestionado por la incipiente oposición, debido a las grandes irregularidades que existían, como la no existencia de Partidos Políticos, escasa prensa opositora y la falta de un Registro y una justicia electoral. De acuerdo a las cifras entregadas por el Ministerio del Interior de la época, esta nueva Constitución fue aprobada con 67, 04% y fue decretada en el Diario Oficial el día 21 de Octubre de 1980. No es sino hasta 1989, posterior al plebiscito de 1988, cuando comienza a surgir la idea del cambio institucional, principalmente con la reinstalación de un importante jugador con veto, como es el Congreso Nacional, luego de 16 años de suspensión (Tapia, 2012, p. 73).

No que tange a sociedade civil chilena a experiência ditatorial deixou marcas indeléveis pela dor e martírio dos milhares de perseguidos, torturados e desaparecidos, e também pela desmobilização política proveniente do desmantelamento da militância, do sindicalismo e pelos efeitos já deletérios da perda de direitos sociais e econômicos em um ambiente de recessão e crise econômica regional. Valores tais como a solidariedade e o comunitarismo foram sendo substituídos por uma cultura individualista, consumista, que supervaloriza o *status* econômico e a busca de produtividade. Em um mundo sem perspectivas, sem garantias e direitos, a cultura do medo e da repressão dilacerou laços sociais, afetando a coesão social e mudando consideravelmente o padrão das relações interpessoais. O neoliberalismo, em sua associação com um regime ditatorial, remodelou a cultura política chilena, com grande impacto para a visão de mundo, para os valores daquela sociedade. A esperança de uma sociedade melhor e mais justa para muitos, foi substituída pela busca desenfreada pelo sucesso pessoal e pela certeza do desamparo.

Quadro 1: Aspectos centrais das reformas neoliberais da era Pinochet (1973-1990)

Reformas período ditatorial	Tipo de reforma estrutural realizada
Reforma trabalhista	Reforma de caráter neoliberal no sentido de flexibilização e liberalização do marco laboral chileno (Plan Laboral de 1979). A partir da reforma ocorreram a flexibilização das relações entre capital e trabalho, favorecendo o empregador; a neutralização do movimento sindical (vários sindicatos por empresa e fim da obrigatoriedade de filiação); fim do salário mínimo.
Sistema previdenciário	Reforma de cunho “substitutiva privada” que privatizou o antigo sistema previdenciário através do Ante Proyecto de Reforma de la Seguridad Nacional (1979). A partir de então, foi criado um sistema de capitalização individual através de Administradoras de Fondo de Pensão (AFP’s). Como consequência, tivemos o decréscimo da cobertura, o aumento do déficit fiscal e a perda do caráter universalista das políticas sociais.
Privatizações	Processo acelerado de privatizações a partir de 1980, garantindo menor regulação. Os primeiros setores a serem privatizados foram o da energia elétrica e telecomunicações. Este processo foi marcado pela falta de regularização e fiscalização dos setores no momento pós-privatização.

Fonte: Elaboração própria com base em informações realizadas pela própria autora em pesquisa de dissertação de mestrado (Oliveira, 2005, p. 24-43).

Talvez uma das notas mais tristes sobre este nefasto período político sejam as marcas deixadas pelas vidas perdidas, nos sonhos frustrados, na desilusão implantada por uma realidade endurecida, enfurecida em que o medo reina soberano desumanizando os seres que já destituídos de sua identidade lutam por mera sobrevivência e se iludem com desejos egoístas e solitários de prosperidade econômica.

A constituição de 1980 previa a permanência do governo por um mandato de oito anos no poder; findo este período seria realizado um plebiscito para verificar a continuidade ou não do regime. Obviamente, o intuito governista seria o da legitimação da ditadura para a continuidade de seu projeto político e econômico. Mas com a derrota no plebiscito de 1988 o governo começou a articular uma nova manobra: a reforma constitucional de 1989. Depois da vitória da oposição naquele plebiscito, Pinochet pode governar por mais um ano e meio, período no qual buscou realizar um “pacto” com a oposição vencedora para acordar elementos da transição política e garantir algumas concessões através de cinquenta e quatro emendas à constituição. Desta forma

[...] evidenciou-se de maneira cabal que se cristalizariam, sob o risco de perdurarem *ad eternum*, uma série de territórios reservados, concebidos para bloquear, sem transgredir a legalidade, qualquer iniciativa reformista em matéria política que se propusesse desmontar a arquitetura básica do ordenamento jurídico-constitucional autoritário (Aggio e Quiero, 2000, p. 91).

Estas reformas foram referendadas através de um segundo plebiscito que ocorreu em 1989, nos mesmos moldes daquele que aprovou a Constituição em 1980.

3 Os dilemas da grande transição democrática chilena: dos enclaves autoritários ao giro democrático da reforma constitucional de 2005

A transição democrática chilena talvez seja a mais complexa, difícil ou lenta de nosso continente. É possível até considerar que ela não tenha sido concluída no tempo imaginado, ou seja, entre 1988 e

1990, e que apenas nos anos recentes, em meio ao descrédito das elites políticas que governam o país e das convulsões sociais ocorridas que este movimento, esteja de fato abrindo caminho para mudanças concretas na política chilena.

Um dos estudos pioneiros e clássicos sobre a transição chilena foi desenvolvido por Manuel Antônio Garretón e Roberto Garretón (2010, p. 116) que partem do pressuposto de que o estudo do estado da democracia deve considerar algumas dimensões que seriam a constitucional, a eleitoral e a cidadã. Com isto, se refletirmos sobre o regime democrático deste país percebe-se a forte herança institucional do regime militar, o que o cientista político chileno convencionou chamar de enclaves autoritários, além de tensões próprias do funcionamento do sistema político chileno em meio à hegemonia estabelecida pelos sucessivos governos da *Concertación*. No que tange ainda a dimensão institucional, podemos elencar o fato de que a democracia chilena ser a única que mantém a constituição do período ditatorial.

Para Siavelis (2009), a reforma constitucional de 2005 realizada por Ricardo Lagos (2000-2006) representou o grande ponto de inflexão desta transição que pode ter durado de 1988, ano do plebiscito, até 2005. Justamente para verificarmos a pertinência do que se infere, nesta seção, será discutido este período de transição com foco para seus aspectos institucionais e os dispositivos constitucionais que impactaram em seu processo lento e peculiar.

Ainda se faz necessário apresentar algumas características centrais desse sistema político, bem como alguns processos históricos para melhor compreensão do que fora acima sinalizado. O sistema partidário chileno se caracteriza por ser multipartidário e, após a transição democrática, por apresentar grandes coalizões partidárias de caráter mais duradouro – por permanecerem tanto no período eleitoral quanto no momento da formação da coalização de governo – e também, por durarem mais de uma eleição. A presença das coalizões no Chile leva o sistema político-partidário à moderação, impede a fragmentação eleitoral e permite a eleição de presidentes não minoritários.

No período imediatamente posterior à mudança de regime político, no início dos anos 1990, o Chile apresentou duas principais coalizações eleitorais, a *Concertación para la democracia*, de Centro-esquerda e formada pelo Partido Demócrata Cristiano (PDC), Partido Socialista (PS), Partido para la Democracia (PPD) e outros partidos menores e a coalização de Direita, *Unión Por Chile*, que em algumas eleições se apresentou como *Unión por el Progreso* ou como *Democracia y Progreso* formada pelos partidos Renovación Nacional (RN) e Unión Democrática Independiente (UDI). A hegemonia destas duas coalizões no cenário político-partidário chileno conferiu a este um caráter bipartidário, neutralizando o surgimento de uma possível terceira força e impedindo que partidos menores e não pertencentes às duas coalizões tivessem reais chances de se eleger. Este fato também impede que o sistema se polarize delegando ao sistema político chileno pós-autoritário um viés mais moderado.

As primeiras eleições presidenciais no Chile, após a ditadura, ocorreram em dezembro de 1989, mesmo ano em que se realizou uma reforma constitucional responsável por grande parte dos enclaves autoritários que marcaram o período democrático. O candidato eleito foi Patricio Aylwin, candidato único das oposições que concorreu ao cargo pela coalização de centro-esquerda *Concertación*, um agrupamento de dezessete partidos. O candidato derrotado nas urnas, da coalizão de Direita, foi Hernán Buchi, ex-ministro das finanças do governo Pinochet.

Aylwin (1990-1994) enfrentou uma série de dificuldades, mesmo contando com maioria na Câmara Baixa e no Senado, tendo em vista a reforma constitucional que foi realizada em 1989 e incluiu alguns dispositivos de amarre e proteção, impossibilitando uma ampla abertura política imediata. É verificável no caso chileno, que obstáculos político-institucionais e socioeconômicos

afetaram, sobremaneira, a densidade democrática deste regime, desde sua instauração, o que comprometeu uma transição efetiva.

Originalmente, pela Constituição de 1980, para se reformá-la seria necessário cerca de três quintos do congresso e este mínimo aumentava para dois terços em se tratando de questões como: as faculdades presidenciais, faculdades do congresso, novas atribuições parlamentarias, modificações de normas de plebiscito e até mesmo havia a necessidade de aprovação em congressos sucessivos para matérias referentes às Forças Armadas e ao Conselho Nacional de Segurança. A partir da reforma de 1989, algumas significativas transformações ocorreram. Além do aumento do número de senadores democraticamente eleitos e do fato de o presidente não ter mais a prerrogativa de dissolver o congresso, este não pôde mais legislar apoiando-se em maioria simples de uma Câmara e 1/3 da outra. Também a exigência de um duplo congresso para matérias importantes deixou de vigorar. A partir desta reforma, o necessário passou a ser de um mínimo de 3/5 e de 2/3 para matérias importantes.

Percebe-se que o legado do regime autoritário quanto a uma reforma constitucional é justamente uma constituição mais difícil de ser modificada, com o propósito de garantir a permanência dos enclaves autoritários (Allamand, 1999). Se não bastasse, esta constituição reformada para a transição previa a incorporação ao Senado de membros da suprema corte, de ex-presidentes da República e de membros do Conselho de Segurança Nacional. A própria existência do bicameralismo já implica em mais um ponto de veto, em um país que não é uma república federativa, mas um Estado unitário. Esta medida visava favorecer o próprio Pinochet, que sob a constituição de 1980 ficou oito anos no poder, além da presença de sua base no congresso, mesmo findo o regime autoritário. Importante notar que o presidente Aylwin, não foi de imediato contemplado com este dispositivo, já que para ser senador vitalício se requer a permanência no cargo por seis anos contínuos e ele teve quatro anos de mandato. Foi apenas em 1994, através de outra reforma constitucional que a duração do mandato presidencial passou a ser de seis anos, persistindo o fato de os presidentes não poderem se reeleger.

Apesar dos desafios, o primeiro governo democrático conseguiu aprovar a maior parte de suas iniciativas no congresso e neste período confirmou-se a relevância do presidente como um importante legislador. O que demonstra o fato de o Chile ter um dos presidentes mais fortes do mundo, por conta de diversos dispositivos institucionais que favorecem o Executivo. No caso chileno, esta tendência também foi apontada pela constituição anterior, a de 1925.

Com a constituição de 1980, a partir das reformas de 1989 e 2000, o quadro que chamava mais a atenção é o fato de que o chefe do executivo chileno poderia convocar plebiscito ou referendo; em outros países do Cone Sul como Brasil e Argentina isto não é uma atribuição do executivo; o fato de o executivo indicar, inclusive, o controlador geral da República e de nomear os governadores das províncias e os intendentes (de sua confiança) das regiões do país. O presidente tem o poder de designar também os comandantes-chefes das forças armadas e os juizes da Suprema Corte; também apresentando exclusividade sobre matérias referentes à seguridade social (artigo 62, Constituição Federal); além disso, também pode solicitar ao Senado autorização para ditar disposições com força de lei por um prazo inferior a um ano (artigo 61, Constituição Federal). Tudo isto, de certa forma, minimiza os efeitos negativos dos enclaves autoritários e do problema de formação de maiorias para os governos democráticos. Em 2000, no final do governo Frei, as matérias da constituição de 1980 que requeriam 2/3 para permitir alterações se referiam aos capítulos: I (Base da Institucionalidade), III (Direitos Deveres Constitucionais), VII (Tribunal Constitucional), X (Forças Armadas, de Ordem e Segurança Pública), XI (conselho de Segurança Nacional) e XIV (Reforma da Constituição).

Com ampla maioria na Câmara e com a possibilidade de negociação no Senado para conseguir a maioria também nesta casa, os governos da *Concertación* conseguiram governar, mas encontrariam seus maiores obstáculos nos enclaves autoritários como, por exemplo, na existência dos senadores designados que impediam uma ampla maioria governista no congresso. Para que fosse possível a *Concertación* governar, esta teve que agradar aos setores de direita e realizar uma transição democrática tímida e caracterizada por políticas cautelosas e prudentes, que preferiu e muitas vezes não teve alternativas senão negociar com os opositores (Weyland, 1999).

Dessa forma, apesar de seus amplos poderes, muitas vezes, o presidente não recorreu a eles, preferindo a moderação e o apoio do Congresso. O que acaba por diferenciar “poder Constitucional” de “poder político”, e demonstrar que, apesar de tudo, o presidente precisa formar uma ampla maioria para conseguir governar no Chile e que as amplas coalizões, principal característica do sistema partidário do pós-autoritarismo, têm em vista a formação de governos majoritários.

Também é fundamental destacar, para além da dimensão constitucional, a dimensão eleitoral. Uma característica marcante do sistema eleitoral chileno no período de transição e até depois dele (vigorou até 2015) foi a manutenção de um sistema binominal no qual são eleitos apenas dois candidatos por circunscrição, sendo que quem obtiver pelo menos 33% dos votos é eleito e aquele que superar a margem de 66%, o dobro do segundo candidato, fica com as duas cadeiras.

En el sistema diseñado, los reformadores pensaron simultáneamente sobre-representar a los partidos de derecha y reducir el número de partidos significativos en el país. Para disminuir el número de partidos, la elección más lógica habría sido un sistema uninominal como el de Estados Unidos o el británico. Sin embargo, los reformistas sabían que con ese sistema la derecha podría confiar sólo en un 40% de apoyo. Así, con un sistema uninominal, la derecha habría reducido sus escaños en el Congreso. Las autoridades militares optaron, en cambio, por distritos de dos miembros, conocido como ‘sistema binominal’. El sistema se adoptó para cada uno de los 60 distritos de la Cámara (para un total de 120), y para las elecciones del Senado (con 19 circunscripciones para un total de 38 (Siavellis, 2004, p. 60).

Este sistema Binominal favorecia os candidatos minoritários (por exemplo, os da direita) já que se era preciso conseguir apenas 33% dos votos para ser eleito, o sistema também favorece a realização de amplas coalizões principalmente se a intenção for levar as duas cadeiras, e por sua vez, favorece as coalizões mais importantes.

Durante o período ditatorial, as relações existentes entre o Estado e a sociedade foram profundamente alteradas e isto impactou na desmobilização da população. Aquele período marcou o predomínio do comportamento consumista, do endividamento e da orientação ao mercado (Solimano, 2012).

No que se refere a questões como seguridade social e políticas sociais, campos em que o presidente tem amplas prerrogativas, os governos da *Concertación* procuraram minimizar problemas como a desigualdade de ingressos, desemprego e a pobreza através de políticas focalizadas sem, no entanto, modificar a desigual estrutura de distribuição de renda. Comparativamente, o segundo governo da *Concertación*, o de Eduardo Frei (1994-2000), foi mais conservador e realizou menos avanços na área social. A prioridade deste governo foi a modernização econômico-social do país o que geraria um mal-estar generalizado em relação ao seu governo, já que enquanto o país comemorava seus êxitos econômicos os problemas sociais da nação se agravavam. O descontentamento e apatia

política da população, um reflexo da timidez das políticas governamentais, seriam sentidos nas eleições presidenciais de 1999 que elegeram novamente a esquerda, na figura de Ricardo Lagos.

As reformas neoliberais realizadas pelo regime pinochetista foram muito amplas e profundas. Com o retorno à ordem democrática, muito pouco foi realizado no sentido de reverter o modelo econômico. Apenas quanto à legislação trabalhista, os governos democráticos buscaram controlar as demissões sem justa causa e contratações por tempo determinado. Também, investimentos foram feitos na área social com vistas a promover certo resgate da grande dívida social do país, mesmo assim, a principal mudança desta fase de transição foi o não aprofundamento das reformas realizadas durante o período autoritário, até mesmo em função do fato de que muito já havia sido realizado durante os anos 1980. Quanto à matriz econômica, praticamente nada foi alterado e quanto à dimensão social muito pouco foi realizado nos primeiros anos de mudança de regime.

O período de 1990 a 1997 foi, sem dúvida, o mais crítico para os governos da *Concertación*. Naquele período, os Comandantes chefes das Forças Armadas puderam permanecer em seus cargos, todos nomeados por Pinochet e até mesmo o próprio ex-ditador permaneceu como Chefe do Exército durante todo este período. Outro aspecto que demonstra a fragilidade da democracia chilena, já tão festejada, mas pouco consolidada era a presença no Senado dos senadores designados do período 1990-1998. Precisamente, estes nove senadores, que permaneceram em seus cargos durante os dois primeiros governos democráticos, tinham sido indicados pelas autoridades do regime ditatorial. A forte presença militar na política e a grande autonomia das Forças Armadas no período são demonstrativas do quão frágil era a democracia chilena logo após a transição. Logo ao fim deste período acima citado, setores mais à esquerda, segmentos da sociedade civil e intelectuais demonstraram seu descontentamento com a transição realizada pela *Concertación*. E, até mesmo, questionaram não só a qualidade da democracia institucionalizada como também a própria noção de uma democracia no Chile atual, devido ao caráter continuísta com o regime anterior e a não superação dos enclaves autoritários. O primeiro governo concertacionista se eximiu de maiores avanços por considerar que um governo de transição, conforme sua própria autodenominação, não poderia realizar grandes transformações. Já o governo de Frei priorizou os aspectos econômicos e também não se mostrou capaz de avançar rumo a uma institucionalidade mais democrática no país. Somado ao sentimento de descontentamento para com a política chilena do pós-autoritarismo, os efeitos da crise asiática e toda polêmica gerada pelo fato de Pinochet assumir em 1997 o cargo de Senador vitalício, e mais tarde ser preso em Londres acusado de haver cometido crimes durante o período que governou o país, levou a *Concertación* a perder em popularidade.

Mesmo considerando-se como foco de análise a dimensão político-institucional, cabe ressaltar que, quando se considera o Chile, estes aspectos são elementares igualmente para a compreensão do avanço e da adoção do modelo econômico neoliberal no país, bem como de sua manutenção. O giro autoritário chileno das décadas de 1970 e 1980, se relaciona diretamente ao giro neoliberal, pois o desmonte da democracia chilena se deveu a uma reação do capital diante dos avanços sociais e econômicos que a democracia chilena poderia apresentar com o êxito de um governo socialista no poder. O golpe de estado, ocorrido em 1973, não representou apenas o desmantelamento de uma agenda política, mas a guinada forçada para outra matriz econômica de desenvolvimento, o neoliberalismo. A transição política apenas foi possibilitada em virtude da manutenção do mesmo sistema econômico.

Assim temos que, se em um primeiro momento, o giro democrático chileno dos anos 1950 a início dos 1970 compreendeu um direcionamento para a democracia e para uma agenda progressista (do centro à esquerda), e se a partir do golpe tivemos um giro contrário política e economicamente

(para a direita e da democracia para o autoritarismo), na década de 1990 verificamos um leve giro para o sentido democrático, mas a manutenção do giro neoliberal. A partir de 2005, tivemos um giro um pouco maior no sentido democrático – aqui não se trata, necessariamente de Direita \times Esquerda, mas na superação de muitos enclaves autoritários que foram removidos com a reforma constitucional no sentido de aprofundar as bases democráticas do novo regime. Esta reforma foi possível, pois na medida em que sucessivos governos da *Concertación* tinham lugar, mais senadores designados vinculados ao governo tinham espaço e isto já não favorecia tanto a manutenção do *status quo* de atores vinculados ao regime ditatorial, pelo contrário.

Además, todo apuntaba a que el panorama de reemplazo de Senadores institucionales opositores por nuevos Senadores de gobierno seguiría esa tendencia. Así había una doble motivación para apoyar una Reforma Constitucional que apunta a los enclaves autoritarios (Tapia, 2012, p. 84).

Contudo, o giro econômico mudou muito pouco no que diz respeito ao neoliberalismo, assim, do ponto de vista socioeconômico a democracia chilena apresenta profundos déficits carecendo de densidade democrática.

É no bojo desta discussão que ganha relevo o tema da reforma constitucional realizada em pleno governo Ricardo Lagos no ano de 2005. Esta foi uma reforma mais significativa sendo, até mesmo, considerada como um divisor de águas fundamental que determinaria o fim da transição democrática no país. Considerando-se a discussão realizada por Tapia (2012, p. 68), esta reforma não logrou mudar por completo o marco constitucional, mas foi exitosa ao derrubar os chamados enclaves autoritários que favoreceram, até então, os atores políticos minoritários, a direita e os aliados do antigo regime.

Deste modo, a reforma constitucional de 2005 cumpriu com a expectativa de apagar os enclaves autoritários herdados do regime Pinochet. Desta forma, aqueles mecanismos que visavam favorecer as forças políticas vinculadas ao regime precedente, deixaram de existir. A título de revisão, de acordo com Garretón e Garretón (2010), estes enclaves que se configuravam como medidas de amarre para garantir uma transição democrática protegida eram: existência de senadores designados e não eleitos democraticamente; incorporação de ex-presidentes como senadores vitalícios; sistema eleitoral binominal; quórum qualificado para modificar a constituição em temas considerados importantes (dois terços) e para leis ordinárias (três quintos). Aqueles enclaves se referiam tanto aos aspectos institucionais e constitucionais, como a aspectos socioculturais, vinculados a uma cultura e valores autoritários, quanto ao papel das Forças Armadas e de atores de veto (*veto points*) como a aspectos éticos e simbólicos plasmados no debate, por exemplo, dos Direitos Humanos (Siavelis, 2009, p. 5). Interessante notar que se muitos destes obstáculos foram removidos em 2005, apenas em 2015 deixou de existir o sistema eleitoral binominal.

Toda a discussão precedente teve por objetivo alicerçar as reflexões a serem feitas quanto ao estado atual da democracia chilena em seus principais desafios e dilemas. A partir da ideia de densidade nacional, procura-se verificar o avanço democrático, a consolidação deste regime, a superação dos déficits e a construção de uma institucionalidade democrática. Do mesmo modo, considera-se também a dimensão socioeconômica, vislumbrando-se como este regime democrático se constitui em termos de equidade e justiça social. Esta discussão é feita considerando-se os giros democráticos em nossa região e o lugar da democracia chilena.

4 O estado atual da democracia chilena: do pretense êxito à desilusão

Na década de 1970, diversos países da região, incluindo o Chile, passaram por uma ditadura militar ou governos autoritários. A ditadura chilena foi a que mais avançou quanto à realização de reformas estruturais de cunho neoliberal, não apenas pela profundidade das reformas realizadas, que permitiram a este país a condição de ícone do neoliberalismo, a ser festejado pelos governos Reagan e Thatcher, como também foi à experiência mais duradoura deste modelo que se segue até os dias atuais. A longa transição chilena mostrou a incapacidade, inabilidade e complacência das forças opositoras àquele regime, tanto na condução da transição quanto na condução de governo quando se tornaram situação. Isto significa afirmar que enquanto vários países da região realizam seu processo de transição na década de 1980, o Chile só pode realizá-la em 2005. Quando diversos países da região, diante da crise do neoliberalismo plasmada desde o levante de Chiapas (1994) até a crise Argentina (2001), presenciaram a emergência de governos progressistas, à esquerda do espectro político-ideológico, o Chile não rompeu com a hegemonia política centrista dos governos da *Concertación* que mantiveram o modelo de desenvolvimento econômico herdado do regime militar.

Talvez o período que compreendeu o governo de direita de Piñera e de centro-esquerda de Bachelet (2010-2016) seja exemplar do fim da transição chilena, pelo menos, dentro da perspectiva mais clássica de transição de um regime autoritário a um regime democrático. Contudo, este fim não se deve ao sucesso deste processo, mas a seu fracasso, já que o período destinado a ele consolidou e cristalizou um regime democrático limitado, marcado pela manutenção do status quo e dos privilégios da classe política, com poucos avanços na área econômica e social e grandes dificuldades no que tange aos aspectos institucionais deste regime. A transição ocorrida foi de um regime autoritário para uma espécie de semidemocracia, um regime de baixa densidade democrática. O desafio atual é realizar a definitiva abertura política na construção de um regime democrático de fato (Oliveira, 2017, p. 126).

Peter Siavelis (2009), partindo da análise clássica de Garretón sobre a transição chilena, considerou a existência de outros tipos de enclaves, não autoritários, seriam eles enclaves de transição. Também com base em estudos realizados por Goertz em 2005, o autor determina que estes enclaves sejam difíceis de modificar, mesmo com mudanças de regime e que visam proteger e garantir os interesses do grupo que está no poder.

Na medida em que a redemocratização seguiu e algumas reformas constitucionais foram sendo realizadas, em que pese sua relevância, como a abrangente reforma realizada durante o governo de Ricardo Lagos em 2005, foi se estabelecendo o engessamento da política chilena com a consolidação da coalizão governista no poder por mais de vinte anos (Oliveira, 2017, p. 125).

Siavelis enumerou da seguinte maneira os enclaves considerados de transição: a) Cuoteo, b) Controle de elite na seleção de candidatos da política eleitoral, c) dominação dos partidos políticos, d) formulação de políticas elitistas extra institucionais, e) intocabilidade do modelo econômico (Siavelis, 2009, p. 9-17).

Quanto ao primeiro deles, trata-se de um sistema de cotas em que ministérios são divididos entre partidos da coalizão governista, que são destinados para garantia de ampla representação partidária no governo. O que se passa é que este sistema é considerado e percebido até pela população como uma forma de favorecimento, um caminho para a corrupção e um comprometimento da representatividade democrática (Siavelis, 2009, p. 9). No que diz respeito ao segundo ponto, o controle das elites se dava pelo sistema eleitoral binominal, já que para obter êxito nas urnas a grande disputa se dava dentro da coalizão, no momento de se indicar os candidatos para disputar uma ou, preferencialmente, se obter as duas cadeiras de um distrito. A lista partidária é estabelecida de acordo com a probabilidade de vitória, priorizando-se sempre líderes partidários ou nomes fortes (Siavelis, 2009, p. 10). Ainda temos o elemento do domínio de partidos políticos, plasmado pela hegemonia da *Concertación* e pela pouca identificação partidária existente com a população, levam o país a uma verdadeira partidocracia (Siavelis, 2009, p. 11). Quanto à questão das políticas elitistas, tem-se a dominação das elites ligadas ao executivo e a existência de acordos extraoficiais, à margem das instituições, em um jogo transversal de grupos de pressão, lideranças partidárias e pontos de veto que influenciam as votações futuras de pontos polêmicos no congresso, de modo a debilitar o próprio legislativo (Siavelis, 2009, p. 14). Por fim, ainda se destaca a intocabilidade do modelo econômico que deixou as novas elites tranquilas com o processo de transição democrática e qualquer risco de retrocesso político, enquanto manteve também tranquilas as elites econômicas que se favorecem da manutenção do mesmo modelo econômico da ditadura (Siavelis, 2009, p. 17). O que é determinante neste ponto é que em um país marcado por profundas desigualdades sociais e falta de acesso a serviços públicos gratuitos, a manutenção do modelo neoliberal impacta na dimensão social do regime democrático.

O sistema binominal, que deixou de existir, beneficiava as forças da direita, mas constituiu-se de enclaves autoritários a enclaves de transição por favorecem o grupo no poder, no caso a coalizão governista que dirige o país há quase trinta anos. Apenas em 2015, conforme antes aqui já relatado, este sistema deixou de existir. Quanto aos outros pontos destacados como enclaves de transição e que favorecem aos governos da *Concertación*, todos ainda prevalecem no país.

Quando Ricardo Lagos deixa o poder e assume Michelle Bachelet (2006), temos o início do período não mais marcado pelos enclaves autoritários que obstaculizaram a transição, mas dos enclaves criados ou que permanecem do período de transição para o avanço e consolidação de um regime democrático no país.

A chegada de Bachelet ao poder foi vista com bastante entusiasmo, pois representava uma opção mais à esquerda dentro da coalizão de centro-esquerda, além de ser a primeira mulher presidente do país, uma ex-exilada política. A princípio, o Chile pode ser visto como um país fazendo parte da onda de governos de esquerda na região.

Isto foi visto com entusiasmo diante da dívida deixada por este modelo chileno, considerado exitoso em termos de crescimento econômico, marcado por desigualdades de distribuição de riqueza e de ingresso, deixando setores vulneráveis em tempos de crises. No entanto, a agenda social da esquerda foi focalizada não buscando as raízes estruturais do problema em uma sociedade com grande concentração de renda (Solimano, 2012, p. 99).

As principais mudanças que ocorreram no período, de acordo com Solimano (2012), foram, com relação às políticas sociais e trabalhistas, a criação do Programa Chile Solidário, uma reforma da educação, o *Plan Auge* na área de saúde, reformas nas leis trabalhistas e quanto ao seguro desemprego. Quanto a este último ponto, foi realizada uma extensão da cobertura para um acesso mais fácil aos trabalhadores do setor privado e formal, entre 2002 e 2009. Quanto ao tema

previdenciário, o sistema de pensões passou por uma reforma em 2008 proporcionando um sistema mais acessível para chilenos acima de 65 anos, incluindo-se mecanismos de focalização e equidade, mesmo em um sistema ainda marcado pelas administradoras de fundo de pensão privadas.

O bom diálogo estabelecido com os países da região e a inserção chilena na UNASUL foram aspectos positivos para seu posicionamento e relacionamento com outros países sul-americanos. Contudo, não existiu uma ruptura política considerável neste país, tratava-se da mesma coalizão governista que estava no poder desde 1990. Os enclaves autoritários foram removidos, em sua maioria, no governo Lagos e não foram realizadas mudanças institucionais significativas no governo Bachelet, tampouco ocorreram mudanças quanto ao modelo econômico.

O desgaste da *concertación para la democracia* pode ser sentido com a eleição do presidente Sebastian Piñera (2010-2014), candidato da direita que chegou ao poder estabelecendo um interregno quanto aos governos de centro esquerda. Trata-se do primeiro governo de direita eleito em cerca de cinco décadas. Os partidos que formavam sua base eram a Renovación Nacional (RN) e a Unión Democrática Independiente (UDI). O período Piñera foi consideravelmente conturbado, haja vista a impopularidade de seu governo e o crescimento de manifestações populares, notadamente estudantis que reivindicavam um sistema educativo mais acessível e inclusivo. O ano de 2011 foi um dos mais conturbados em função de greves, manifestações e confrontos entre estudantes e forças militares. Além disso, o governo enfrentou um verdadeiro impasse político por problemas internos dentro da coalizão governante e também pelas relações com o legislativo já que a oposição representada pela *concertación* obstruía a pauta de governo (Gamboa e Segovia, 2012, p. 66). As manifestações ocorreram em grande número chegando a duzentos e quarenta no ano de 2011, apenas na região metropolitana de Santiago. A principal motivação das manifestações girava em torno do debate sobre o ensino público e os partidos políticos se mostraram incapazes de dar vazão aos conflitos e reivindicações da sociedade chilena.

Quanto aos principais aspectos de mudança política ocorridas durante o período Piñera, temos o voto voluntário e a inscrição automática dos eleitores em 2012 e a criação do novo Ministério do Interior e Segurança Pública que garantia maior descentralização em favor dos departamentos. Em matéria social, tivemos a licença maternidade que passou a ser de seis meses e a redução da cotização em 7% para os pensionistas, como parte do Sistema de Pensões Solidário (Gamboa e Segovia, 2012, p. 75). Estranhamente, um ponto positivo para o governo foi o advento do acidente com os trinta e três mineradores que de maneira exitosa foram resgatados de seu refúgio subterrâneo, fato este que aumentou a popularidade do governo.

Bachelet voltou ao poder em 2014, mas dentro de um novo pacto político, a chamada *Nueva Mayoría*, uma coalizão de centro esquerda que pretendia ou, ao menos, anunciava o advento de mudanças profundas, estruturais, na sociedade chilena. O discurso de posse foi emocionado e entusiasmado, quando da janela do Palácio de la Moneda a recém-empossada presidente anunciava a morte vindoura da constituição de 1980, algo que ainda não ocorreu. Mas é importante ressaltar que este novo movimento político tem por base os partidos políticos que fundaram a antiga *Concertación*. Atualmente, existe um profundo descontentamento com a política e considerável descrédito do governo e desgaste da liderança de Michelle Bachelet.

Algumas considerações podem ser feitas sobre todo este processo que nos permite avaliar o desempenho do governo Bachelet e a crise que se instaura no sistema político deste país a partir de 2015. O discurso de campanha de Bachelet e sua coalizão eleitoral, a *Nueva Mayoría*, era baseado em termos tais quais refundação, outro modelo, mudanças estruturais (Brunner, 2016, p. 91).

La agenda aparece demasiado vaga y ambiciosa a la vez, le falta un diagnóstico realista y maduro y es improvisada y pobremente comunicada. El sueño del nuevo ciclo histórico no pudo materializarse, racionalizarse y sistematizarse. [...] El equipo central de la administración Bachelet, su núcleo se desplomó a comienzos del 2015 y, desde ese momento, comenzó una sorda pugna entre los bloques rupturista y reformista. Aquel entiende el programa como un dogma que debe ser impuesto mediante una operación de retroexcavadora al cual no se puede renunciar a riesgo de desdibujar la identidad del nuevo ciclo histórico. El otro (el bloque reformista) representa una visión realista del programa, la necesidad de su reelaboración a la luz de las cambiantes circunstancias políticas y económicas, y un énfasis en la adaptación, efectividad y eficiencia del manejo de los asuntos gubernamentales (Brunner, 2012, p. 99).

E Brunner prossegue:

En suma, hay una tensión instalada en el corazón ideológico de la administración Bachelet, entre dos estrategias de la misma familia socialdemócrata pero que corren en direcciones dispares. Una mira con interés hacia un capitalismo de Estado en condiciones de mercados globales la otra se halla más abierta a la competencia y el control democrático de los mercados. Dentro del campo de la socialdemocracia europea esa tensión es antigua (Brunner, 2012, p. 151).

Existe uma crise de governabilidade interna e cisões dentro da coalizão governista que se propunham à construção de outro modelo chileno, mas que em verdade, ainda se mantém atrelado à ideia do outro modelo em voga nestes trinta anos desde a redemocratização. Percebe-se que o período pós-autoritarismo no Chile, acabou cristalizando e engessando a política, favorecendo alguns grupos que foram os atores chave do processo de transição.

O ano de 2017 marca disputas eleitorais parlamentares e para a sucessão presidencial no Palácio de La Moneda. As prévias para decisão de quais candidatos representariam as principais forças políticas foram realizadas no mês de julho com a previsão do pleito eleitoral para novembro do mesmo ano. Como principais coalizões eleitorais temos a *Chile Vamos*, de Centro-Direita, com o candidato Sebastián Piñera, ex-presidente, e a *Frente Amplia*, de Centro-Esquerda, com a candidata, Beatriz Sanchez, jornalista.

Ao compararmos seus planos de governo podemos destacar os seguintes elementos: 1) Esquerda: liquidar o sistema de Administradoras de Fundo de Pensão (AFP's); defender o casamento igualitário; a despenalização do aborto; garantir um novo marco constitucional para o país; priorizar a educação e garantir mecanismos de democracia participativa; 2) Direita: política para contornar a falta de crescimento econômico e aumento da delinquência; defesa de um debate político amplo; discurso sobre o progresso e descentralização política; política de crédito e bolsas para o ensino superior; reforma do sistema de fundo de pensões.

Basicamente, percebe-se que a direita cumpre seu papel em criticar a situação, além de manter sua agenda em um patamar revisionista, tratando tão somente de sinalizar a necessidade de algumas reformas e ajustes. Por outro lado, a esquerda busca ser mais propositiva no sentido de sinalizar mudanças mais radicais, também considerando temas que estão no centro do debate político da atual administração Bachelet. Inclusive, em seu pronunciamento na 72ª Assembleia das Nações Unidas em setembro de 2017, a mandatária fez referência a algumas mudanças ocorridas durante seu governo,

com destaque para a reforma do sistema eleitoral, o processo de formulação de uma nova constituição, a descriminalização do aborto para três condições extremas, a união civil para pessoas do mesmo sexo e um sistema superior de educação mais inclusivo.

Em 11 de março de 2018, Michelle Bachelet passou a faixa presidencial para Sebastian Piñera, encerrando um ciclo de governos progressistas e de lideranças femininas. Seu governo deixou um lastro de frustrações e o próximo mandatário terá a tarefa de assumir sua agenda conservadora que alie crescimento econômico com justiça social, ferida ainda aberta em uma sociedade marcada por quase duas décadas de autoritarismo aliado ao neoliberalismo e por uma transição marcada por enclaves e pela manutenção do modelo econômico excludente.

5 Conclusões

Compreender o giro democrático chileno em meio ao giro democrático regional, neste trabalho, foi algo feito a partir da noção de densidade democrática, temas de pesquisa nos últimos anos e desenvolvido em trabalhos anteriores. Assim, temos que a noção de democracia aqui apresentada considera tanto aspectos socioeconômicos quanto político-institucionais, não sendo vista como um lugar a se chegar, mas antes, uma espécie de tecido, cuja trama densa, consiste em diversos aspectos.

Percebeu-se que tanto a herança deixada pelo regime militar, ainda coroada pela existência da mesma constituição daquele período, bem como os enclaves de transição que criaram condições para o predomínio da mesma coalizão no poder, foram prejudiciais à política chilena em termos de avanço, aprofundamento, densidade de seu regime democrático.

O chamado modelo chileno, festejado por muitos como exemplo exitoso de neoliberalismo, foi analisado considerando-se os impactos do mesmo para sua democracia. Este modelo de democracia protegida (1990-2005), que realizou modestos avanços rumo a uma institucionalidade democrática após a transição, apresenta-se enquanto um modelo marcado pela desigualdade de distribuição de riqueza e ingressos e com a existência de setores vulneráveis às crises. A agenda social dos governos de centro-esquerda não buscou soluções para os problemas estruturais e persistiram em políticas focalizadas. Atualmente, a sociedade chilena ainda é marcada por grande concentração de poder em poucas corporações, em uma economia notadamente dependente dos recursos naturais e com grande concentração geográfica. Como resultantes da combinação regime ditatorial e neoliberalismo, a própria relação entre o Estado e a sociedade foram profundamente alterados pela grande desmobilização política e por uma cultura do alto consumo e orientada ao mercado.

Referências

AGGIO, Alberto; QUIERO, Gonzalo Cáceres. Chile: processo político e controvérsias intelectuais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 49, p. 87-111, 2000.

ALLAMAND, Andrés. Las paradojas de un Legado. In: DRAKE, Paul; JAKSIC, Irán. *El Modelo Chileno: Democracia y Desarrollo en los Noventa*. Santiago: LOM, 1999. p. 169-190.

BRUNNER, José Joaquín. *Nueva Mayoría: Fin de una ilusión*. Santiago: Ediciones B, Grupo Zeta, 2016.

GAMBOA, Ricardo; SEGOVIA, Carolina. Chile: el año en que salimos a la calle. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 32, n. 1, p. 65-85, 2012.

GARRETÓN, Manuel Antonio; GARRETÓN, Roberto. La democracia incompleta em Chile: la realidad tras los rankings internacionales. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 30, n. 1, p. 115-148, 2010.

OLIVEIRA, Renata. Densidade democrática na região andina: os processos de redemocratização e liberalização política nos países andinos da Aliança do Pacífico. In: GAITÁN, Alfredo Fernández Lara; LUCCA, Juan Bautista; OLIVEIRA, Renata Peixoto de. *Desafios democráticos latinoamericanos en perspectiva comparada*. Rosário: UNR, 2017. p. 116-135.

_____. Sistema Político e Reformas Estruturais na América Latina em Perspectiva Comparada. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais, 106 f., 2005.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO CHILE. *Constitucion Política de la Republica de Chile*. Santiago: Editorial Juridica de Chile, 1980.

SIAVELIS, Peter. Enclaves De La Transición y Democracia Chilena. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 29, n. 1, p. 3-21, 2009.

SOLIMANO, Andrés. *Capitalismo a la chilena: y la prosperidade de las elites*. Santiago: Ed. Catolonia, 2012.

TAPIA, Mario. Reforma Constitucional de 2005: Análisis institucional, jugadores con veto y desafíos para el futuro. *Revista Búsquedas Políticas*, Santiago, v. 1, n. 1, p. 67-93, 2012.

WEYLAND, Kurt. La Política economica en la nueva Democratización Chilena. In: DRAKE, Paul; JAKSIC, Irán. *El Modelo Chileno: Democracia y Desarrollo en los Noventa*. Santiago: LOM, 1999. p. 65-92.

Artigo recebido em: Agosto/2018

Artigo aprobado em: Dezembro/2018

Renata Peixoto de Oliveira (renata.oliveira@unila.edu.br) é professora do Programa de Mestrado em Integração Contemporânea na América Latina (PPG-ICAL) e do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PODE) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Democracias Neoliberais: O Modelo Chileno no Horizonte das Novas Democracias Sul-Americanas

Resumo. O objetivo deste artigo é o de compreender as condições atuais de densidade da democracia chilena, entendendo-se por densidade a combinação de características institucionais e a capacidade do Sistema Político em dar respostas às demandas socioeconômicas cidadãs deste regime democrático. Neste trabalho, destacam-se, inicialmente, as reformas de cunho neoliberal que foram impostas em um ambiente marcado pela repressão característica de uma das ditaduras militares mais sangrentas do continente. Em seguida, destacam-se interpretações e reflexões sobre o processo de transição democrática para, finalmente, analisarmos o estado atual da democracia chilena que foi do pretenso êxito no início dos anos 1990 a uma profunda desilusão que marca as primeiras décadas do século XXI.

Palavras-chave: Neoliberalismo Chileno; Densidade Democrática; Giros Democráticos na América do Sul.

**Neoliberal Democracies:
The Chilean Model on the Horizon of the New South American Democracies**

Abstract. The aim of this article is to comprehend the nowadays density conditions of the Chilean democracy, considering density a combination of some institutional characteristics and the political system capacity of giving some answers to citizens socioeconomic demands in the democratic regime. In this work, stand out, initially, the neoliberal reforms imposed in an environment with repression characterized by one of the most bloody military dictatorship in the continent. After that, we analyze some interpretations and reflect about the democratic transition process, and finally analyze the nowadays Chilean democracy situation that began with a successful condition in the early 1990's to a great disillusion in the first decades of the XXI century.

Key-words: Chilean neoliberalism; Democratic Density; Democratic Turns in South America.